

GÊNERO E SEXUALIDADE: UMA COMPREENSÃO DA PSICODINÂMICA DA TRANSEXUALIDADE

MARTINS, Kethlen¹
PEREIRA, Matheus¹
VENDRUSCOLO, Tayane¹
VAZ, Anna Isabel Araújo²

Resumo: O artigo analisa o contexto de surgimento dos termos gênero e sexualidade através de uma compreensão da psicodinâmica da transexualidade, usando um prisma psicanalítico, considerando os discursos contemporâneos sobre o tema, analisando-os para uma reflexão sobre gênero e sexualidade como atributos em constante movimento, além de haver divergências entre ambas as concepções devido à fatores biopsicossociais. Para realizar a reflexão proposta, este artigo explora a história da Psicologia bem como a gênese dos termos gênero e sexualidade, visando dar visibilidade a uma minoria que vêm sofrendo abusos não apenas no Brasil, mas no mundo.

Palavras Chaves: Psicanálise, Gênero, Sexualidade e Transexualidade

Abstract: The article analyses the context of gender and sexuality through a psychodynamic comprehension of transexuality, using a psychoanalytical prism, considering the contemporary speeches about the theme, analysing them for a reflection about gender and sexuality as attributes in constant motion, besides their differences between them due to biopsychosocial factors. To conduct the proposal of reflection, this article explores the history of psychology as well as the genesis of this terms, aiming to give visibility to a minority that has been suffering abuses not only in Brazil, but in the world.

Key Words: Psychoanalysis, Gender, Sexuality and Transexuality

¹Acadêmicos de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso.

²Professora de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso.

Introdução

Este artigo levantou perspectivas a respeito do tema gênero e sexualidade pelo viés da psicanálise. Teve o intuito de produzir uma reflexão crítica diante do discurso psicanalítico da atualidade, investigando os fatores intrínsecos, extrínsecos e históricos que englobam o universo da transexualidade.

O artigo não possuiu a finalidade de analisar esta realidade através de uma perspectiva clínica da Psicologia, mas sim de promover uma discussão de como a atual psicologia no Brasil, que além de ser emergente, tem passado por uma reformulação para poder suprir as demandas da sociedade contemporânea.

Tendo em vista o preconceito a essa minoria, o discurso da humanização das ciências da saúde e da apropriação dos direitos humanos, fez se necessário o estudo pelo escopo da psicanálise devido ao fato de a mesma enfatizar a subjetividade do sujeito, através de um ensaio teórico.

Para Meneghetti (2011) o processo de transexualização se dá através da relação constante entre sujeito e objeto, permitindo que subjetividade e objetividade se complementem. Com a ascensão da contemporaneidade, os formatos destes ensaios foram se tornando cada vez mais amplos e diversos, podendo ser utilizados para abordar temas relacionados à literatura, filosofia entre outras áreas científicas. O autor adverte que esta variedade ampla de formatos e formas de utilização pode ocasionar alguns equívocos ligados à reflexão que o mesmo pode provocar, uma vez que o ensaio teórico diferencia-se do método cartesiano científico, pois demanda a presença de indivíduos, ensaístas e leitores com a habilidade de compreender a realidade através de outras vias.

Este trabalho contribuiu na visibilidade do tema no contexto da psicologia e alude para os principais desafios ainda existentes no campo, e principalmente busca compreender uma parcela de grupos transexuais.

O artigo está dividido em quatro partes, incluindo as considerações finais. No primeiro tópico discutiremos sobre gênero e sexualidade, assim como as suas definições, construções e interpretações sociais. O segundo tópico é dedicado a demonstrar os estudos sobre gênero e a verificação de estereótipos sexuais frente a psicanálise. No terceiro tópico serão realizadas discussões a respeito do primeiro e segundo. Por fim, as considerações finais apresentando a

conclusão deste trabalho.

HISTÓRIA

De acordo com Brasil (2016) a cartilha “Garantia da utilização do nome social para as pessoas travestis e transexuais”, traz que gênero é definido como uma construção social, que diferencia a esfera biológica binária da esfera social, defendendo que apesar da existência de macho e fêmea na espécie humana, definir-se homem ou mulher é um fenômeno subjetivo e cultural, não apenas anatômico. Um indivíduo que nasce do sexo feminino, porém possui uma identidade de gênero masculino, indo em sentido contramão aos preceitos normativos ditados pela sociedade é considerado um travesti. Ao contrário de transexuais, travestis não possuem a intenção de realizar a cirurgia de mudança de sexo. Já sujeitos que se recusam a aceitar o seu sexo anatômico são denominados de transexuais, estes possuem uma identificação psicológica e social com o sexo oposto. A palavra transgênero é atribuída para travestis e transexuais.

Segundo Brasil (2016), o uso do nome social na esfera administrativa pública federal, bem como o reconhecimento da identidade de gênero são garantidos através do Decreto Presidencial No 8727/2016. O nome social está ligado à maneira que um sujeito transexual ou travesti prefere ser designado. Identidade de gênero, por sua vez, está ligada à auto identificação do sujeito, bem como a forma que suas relações são estabelecidas. Utilizar o nome social deste público é crucial para garantir a equidade, além de evitar constrangimentos causados pelo preconceito institucional.

Segundo Rondas e Machado (2015) as travestis são marginalizadas pela sociedade, sendo excluídas de forma frequente em todos os espaços de convívio social. Muitas delas evitam buscar educação e cuidados médicos por conta do tratamento preconceituoso que tendem a receber. Quando há rejeição também no meio familiar, geralmente, as travestis são expulsas de suas casas, sendo obrigadas a irem morar na rua, onde as mesmas estão sujeitas ao tráfico, uso de drogas e prostituição.

Rondas e Machado (2015) apontam que esta rejeição também está presente no âmbito trabalhista, uma vez que travestis são consideradas

aberrações que fogem do padrão normativo, e caso consigam emprego formal, ainda sofrem grandes chances de serem tratadas de forma desumana e humilhante. Esta falta de profissionalização acaba reforçando os índices de desemprego entre este público, respectivamente.

Para Rondas e Machado (2015) no âmbito escolar, a população trans apresenta baixo desempenho e representatividade, pois muitas acabam desistindo de buscar uma educação devido ao bullying excessivo que sofrem. Para os autores, o termo travesti possui um cunho erótico e fetichista para a sociedade, este cenário contribui ainda mais para a desigualdade.

A transfobia acarreta várias problemáticas, inclusive o homicídio, ao mencionar a taxa de mortalidade de indivíduos transexuais e travestis ao redor do mundo, Chagas e Nascimento (2017) apontam que o Brasil é o país onde mais ocorre homicídios envolvendo esta parcela da sociedade, que são também influenciados pela mídia sensacionalista, salientando também que, para estes sujeitos, é corriqueiro terem seus direitos básicos negligenciados.

Para estas autoras, debater questões de gênero e de transexualidade requer uma reflexão crítica acerca dos papéis exercidos pelo masculino e feminino, bem como o que os mesmos representam na esfera da heteronormatividade, uma vez que este conceito dualista de normalidades é sustentado através de uma postura e comportamento heteronormativo.

Em relação a busca por visibilidade e direitos, Chagas e Nascimento (2017) enfatizam que travestis e transexuais têm se empoderado e se unido com mais frequência para garantir o reconhecimento de suas identidades. O autor problematiza que o Estado, a instituição que teoricamente deveria disponibilizar políticas públicas para atender as necessidades deste público, não o faz. Grupos religiosos tendem a sustentar, mesmo que de forma indireta, o descaso com travestis e transexuais, pregando que estas condutas são pecaminosas e devem ser abominadas e curadas. Já o mercado de trabalho vigente, não oferece oportunidade no campo profissional de forma legal, fazendo com que apenas 10% destes indivíduos tenham um emprego formal, em contraste, 90% acabam indo para o ramo da prostituição para garantir sua renda. Em outras palavras, a sociedade civil em geral tende a tratar travestis e transexuais de forma excludente, tornando-as motivo de piadas de cunho preconceituoso, entre outros tipos de humilhação. Chagas e Nascimento (2017) explicam que, apesar da

rejeição da sociedade como um todo, a população trans possui notória visibilidade no movimento de resistência, no qual as mesmas estão inseridas. Neste contexto, elas têm voz ativa e participante em busca de equidade.

Já o suicídio, de acordo com Chagas e Nascimento (2017), é um fenômeno muito recorrente entre travestis e mulheres transexuais, tanto no Brasil, quanto em outros países. A razão pode se dar através diversos fatores: transfobia; exclusão; humilhações; constrangimentos; entre outros. O privilégio de ser respeitado e de ocupar posições dignas no mercado de trabalho é a realidade da minoria deste público, por mais que o movimento LGBTQ reivindique direitos e a quebra de estigmas, no Brasil a expectativa de vida deste grupo é de apenas 35 anos. Chagas e Nascimento (2017) defendem que a população trans não possui suas pautas priorizadas nem mesmo no movimento LGBTQ.

Gênero e Sexualidade

Foucault (1999) faz uma crítica a sociedade influenciada pelos preceitos da burguesia vitoriana do século XIX, apontando que a sexualidade tem sido censurada e anulada a partir do século XVII, onde ainda restava uma determinada franqueza. O autor afirma que a partir deste período a sexualidade passa a assumir um caráter mais conservador, onde a mesma passa a ser exercida de forma discreta, fazendo parte do sagrado matrimônio e da lei, e conseqüentemente, virando um modelo normativo cujo o papel é deter a verdade e calar o direito a expressão. Assim, Butler (1990) afirma que a distinção de sexo/gênero aponta o que a autora denomina ser uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos, também defendendo que o conceito biológico de sexo binário é instável, pois sugere que a construção do conceito de “homens” se aplique essencialmente a corpos masculinos e termo “mulheres” seja inerente apenas a corpos femininos, afirmando também que os gêneros não são binários, pois eles não se restringem pelo sexo.

Já no espaço social, Foucault (1999) aponta que a sexualidade era apenas reconhecida entre quatro paredes, entre um homem e uma mulher, reforçando que a moral e os bons costumes eram imprescindíveis, entretanto

Butler (1990) aponta que estes preceitos de gênero foram concebidos à priori pela biologia e que o papel de um indivíduo feminista seria o de questionar tal formulação biológica, pois segundo a autora é importante distinguir de forma sucinta a diferença entre sexo e gênero, pois por mais que o sexo seja definido biologicamente, o gênero é construído culturalmente, razão pela qual não é um mero resultado definido pelo sexo. Silva (1999) indaga que, naturalmente, a sociedade pensa a identidade biológica e a identidade de gênero como aspectos concomitantes e previsíveis, masculinidade inerente ao homem e feminilidade na mulher, porém esta linha de raciocínio não pode ser mais validada ao pensar a identidade sexual de acordo com os atuais estudos a respeito da sexualidade.

Foucault (1999) expõe que durante muito tempo a sociedade afirmava com propriedade que crianças não tinham sexo, o que fez com que até mesmo falar abertamente sobre o ato sexual com crianças fosse algo proibido, contribuindo ainda mais para sustentar o tabu da sexualidade. O mesmo defende que toda esta repressão realmente é eficiente, pois consegue condenar determinado assunto ao desaparecimento, silenciando-o e afirmando sua inexistência, fazendo com que todo este assunto seja anulado para qualquer tipo de fomentação. Butler (1990) problematiza que dialogar a respeito do feminismo contemporâneo causa uma sensação conflitante, porém este conflito não necessariamente possui um caráter negativo. Através dos estudos de Beauvoir a autora chega à conclusão de que a dependência intensa do indivíduo masculino diante do “Outro” feminino expõe de forma abrupta a ilusão da autonomia feminina.

Butler (1990) relata que cientistas do campo social, ao analisar o gênero, referem-se ao mesmo como “fator” ou “dimensão”, porém em indivíduos do cotidiano ele é visto como uma espécie de “marca” que os distinguem biologicamente, culturalmente e linguisticamente. O gênero também possui o intuito de diferenciar um sujeito sexualmente em relação ao outro. Entretanto Silva (1999) em relação a pesquisas inerentes a determinação da sexualidade, aponta que nos últimos anos é muito frequente observar o direcionamento das mesmas para um dado biológico. Com a ascensão do movimento feminista concomitantemente com os estudos de gênero, emergiu a necessidade de hegemonia das subjetividades masculinas e femininas, com a tentativa de caracterizar sujeitos de um gênero x ou y através de conceituações de gênero e

sexo. O autor adverte que tais caracterizações de sujeito têm contribuído para uma espécie de conflito identitário, por esta razão esta metodologia binária vigente se encontra defasada.

Bessa (1998) ao abordar a importância da década de 90 para a produção de ideias e concepções políticas a respeito do feminismo, bem como de questões de gênero, aponta que esta foi uma década fértil devido a intensidade na qual as ideias de Judith Butler se proliferaram no exterior e no Brasil. A autora defende que as ideias de Butler são de crucial relevância, pois elas abalam estruturas epistemológicas e políticas ao redefinirem noções de sexualidade, sexo, desejo e gênero. Bessa (1998) também aponta que o cenário provocante no fim do século XX foi relevante na percepção de diferenças sexuais com a ascensão de drag-queens, comunidades queers, transexuais e organizações de cunho lésbico e gay. Segundo a autora, até então era relativamente fácil a distinguir binariamente homens e mulheres.

Santos (1981) aponta que a pauta à respeito sobre a transexualidade é abordada quando discute-se a identidade sexual do sujeito bem como sua livre disposição de membros de seu corpo. Faz se necessário reconhecer uma sexualidade incompatível com a física, oposta ao gênero de origem. O autor também aborda dois conceitos: o de que o transexual é considerado um sujeito pertencente a um sexo x, que acredita de forma indubitável pertencer ao sexo y; e o outro de que a transexualidade é constituída através de uma inversão de identidade psicossocial, conduzida por uma neurose de origem obsessivo-compulsiva, manifestando assim o desejo de reverter seu sexo. Santos (1981) alega que o primeiro conceito possui caráter descritivo, já o segundo aborda a transexualidade como síndrome prejudicial à saúde do sujeito. Esta “síndrome” não abala a integridade psíquica do sujeito. Ao mencionar a identificação da identidade sexual, Santos (1981) aponta que grande parte dos estudiosos desta área defendem que a mesma emerge ainda mesmo antes de uma criança ter capacidade de discernir, nos primeiros dois anos de vida. Este conflito de identidade sexual pode ter uma intensidade de tal forma que não recebe contribuição de influências externas, diferentemente da homossexualidade.

Robert, Modesto e Pacheco (1995) apontam que ao questionar o que é uma mulher em uma visão freudiana, esta pergunta se reformularia para “o que quer a mulher?”, sendo esta, uma suposição da generalização do desejo

feminino. Os autores defendem que a ausência de uma definição precisa gera um enigma acerca da feminilidade, porém tal nebulosidade não impede que os homens questionem a respeito dos desejos inerentes as mulheres. Ao adotar um posicionamento freudiano de que todos os sujeitos possuem uma disposição bissexual e através de sua hereditariedade mesclam características masculinas e femininas, faz-se necessário explicar a maneira que essa suposta bissexualidade se origina nos sexos e como a mesma é posicionada subjetivamente. Para Robert, Modesto e Pacheco (1995) este posicionamento é fundamental ao estudar a questão de gênero por um viés não biológico, pois possibilita compreender o fenômeno da homossexualidade e da transexualidade.

Pelúcio (2004) trabalha com representações a respeito do corpo, sexualidade e relações entre gêneros através de uma pesquisa etnográfica com travestis que praticam a prostituição em uma cidade interiorana no estado de São Paulo, abordando o universo das mesmas como um meio dualista, envolvendo individualismo e holismo, explorando as relações hierárquicas de gênero. Em sua pesquisa o autor também leva em consideração o fato de que as travestis são sujeitos que estão em contraste com o processo de reconstrução, através de tecnologias, rumo ao transgênero, desafiando o polo binário masculino/feminino.

Ao descrever as travestis, Pelúcio (2004) aponta que as mesmas são homens que possuem a preferência de se manter relações sexuais e afetivas com homens, porém se apoderam de atributos e signos considerados femininos pela sociedade em seus corpos, sem remover o órgão sexual, este fator tende a ser conflituoso.

Praun (2011) aborda o gênero como uma noção recente, até mesmo dentro da Psicologia. A autora apresenta uma pequena história sobre a origem do conceito de gênero no contexto das relações sociais, enfatizando a importância do debate da concepção do preconceito e da discriminação que relaciona a mulher perante sua família, trabalho e no social. Conclui-se que o fato de se reconhecer a diferença entre sexo e gênero é de suma importância, pois ocasiona uma interrupção com os modelos que se utilizava antigamente dentro dos estudos científicos, os quais produziam estereótipos sobre a masculinidade e feminilidade.

Arán e Júnior (2007) utilizam-se da sugestão de Butler para afirmar que o gênero é uma idealização social, histórica e contingente. Com isso, buscam fazer uma reflexão crítica das convicções de sexuação e identificação dentro da perspectiva psicanalítica, partindo do fundamento que na instabilidade da repetição tem grandes chances de começar a entender a subjetivação como singularidade, resistência e produção de diferença.

Ao mencionar a aparência física Cossi (2014) aponta que a mesma, à priori, é o critério determinante para distinguir a diferença sexual, porém o gênero sexual de um indivíduo não é determinado meramente pelo sexo de seu corpo, como se observa na transexualidade. O autor infere que a gênese da problemática acerca da transexualidade se dá no campo da identidade sexual. Neste cenário ocorrem incoerências, pois o corpo de um sujeito pode corresponder a um determinado sexo, porém o mesmo se identifica ao sexo oposto, o que faz com que transexuais recorram a procedimentos cirúrgicos e mudança de nome.

Arán (2009) posiciona-se acerca da nova era das relações de gênero e sexualidade na contemporaneidade discutindo como a psicanálise se introduz como uma ferramenta para conceber este tema através de um olhar Foucaultiano, que por sua vez reinstaura o tradicionalismo da diversidade sexual através de uma espécie de reiteração da normalidade considerada homossexual e o dominante masculino que a esta suposta normalidade engloba. A autora também relata a maneira que a psicanálise deve permanecer como uma teoria e uma prática clínica que possibilite uma interação saudável e frutífera com novas configurações que envolvem o gênero.

Debatendo a respeito da psicanálise concomitantemente com a teoria queer, Cunha (2013) considera as múltiplas maneiras onde acontecem a transgressão de uma determinada norma sexual e de gênero, que por sua vez são sustentadas por esta teoria. O autor explora as questões inerentes à teoria psicanalítica quando aproximada com a teoria que, através de uma espécie de radicalismo da mesma, aproxima-a com conceitos de perversão e mecanismos de defesa. Desta maneira, Cunha (2013) problematiza a teoria psicanalítica, alegando que a mesma considera a homossexualidade como um atributo positivo, porém ao considerar supostas transgressões relacionadas ao gênero e autores de cunho que, esta abordagem tende à se radicalizar. Cunha (2013)

destaca uma diversa gama de reações de autores inseridos no universo psicanalítico quando em contato com articulações de teóricos que exploram a teoria queer. Com esta estratégia, o autor propõe expor os diferentes posicionamentos dos analistas diante da homossexualidade e das transgressões de gênero, investigando a maneira como cada uma delas experiencia o corpo e o sexo, este cenário é abordado como um desafio para a psicanálise clínica.

Amaral (2007) ressalta que a transgenitalização foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina no ano de 1997 a partir da resolução 1.482, pois este procedimento era visto como um caráter terapêutico, uma vez que o transexual era visto como alguém que tinha uma patologia permanente de identidade sexual, porém este procedimento inclui um programa rígido. A partir da legalização da transgenitalização, a autora afirma que houve um aumento na demanda do auxílio médico pelos transexuais. Foi possível perceber que esta prática assistencial aos transexuais está vinculada com o diagnóstico psiquiátrico, o que faz ocorrer o vetor de patologização e estigma.

Vieira (2000) defende que a cirurgia com finalidade para adequação do sexo é de natureza terapêutica, não devendo se basear em nenhum tipo de punição, pois a mudança de sexo por si só não se faz satisfatória, é necessária toda uma adequação de sua aparência física com seu sexo psicológico. As áreas que devem contribuir para uma adequação mais livre de angustia possível são as áreas do direito, psicologia e a medicina, adequando assim não apenas a genitália, mas reconhecendo os direitos dos indivíduos transexuais, bem como sua documentação. Ao abordar as interfaces multidisciplinares da temática transexual, Vieira (2000) adverte que o sexo não pode ser mais considerado um atributo meramente fisiológico, determinado geneticamente e imutável. A autora aponta que o avanço da medicina já permite há algum tempo a adequação da genitália do sujeito que possui a convicção plena de que pertence a outro sexo.

Arán, Murta e Lionço (2009) objetivaram debater sobre a sexualidade dentro das políticas de saúde pública brasileira, em que problematizaram a questão do diagnóstico do transtorno de identidade de gênero como exigências para obter acesso o tratamento na rede pública, o processo de legalização da cirurgia de transgenitalização no país, destacando a crítica a patologização da transexualidade. As autoras pretenderam ressaltar a fundamental importância de

se compreender as diversificadas formas de subjetividade e de construção de gênero dentro da sexualidade.

Argentieri (2009) discorre que no decorrer das décadas houve mudanças no âmbito social e cultural do que foram denominados de transexualismo. Antigamente, o transexualismo e travestismo era diagnosticado de formas diferentes um do outro pois, hoje usamos “disforia de gênero” ou termo “transgênero”, mudando o acento da pulsão sexual para a identidade de gênero”. Consequente a isto, a autora afirma que a psicanálise precisa reassumir o espaço teórico e o método específico do trabalho clínico, não se deixando levar pelas divergências que a mídia produz, ou deixar que o problema seja voltado para o nível biológico.

Porchat (2010) relata sobre os obstáculos que os psicanalistas têm em lidar com as manifestações de sexualidade e de gênero que ocorrem atualmente. Ocupa-se da noção de gênero de Butler, acerca da ética do clínico e do pesquisador com visibilidade na transformação social, cabendo ainda ressaltar o que Bluter revela sobre a noção de sujeito ser relacionada com a noção de gênero.

PSICANÁLISE

Freud, sem dúvidas, foi considerado um influenciador no mundo intelectual por estar a frente do seu tempo. Apesar de ter desenvolvido o começo de sua obra em Viena, uma cidade que possuía um grande número de práticas consideradas pela sociedade como “libertinas”, o mundo ainda tinha como base o patriarcado, sendo o feminino considerado frágil e submisso. Ao realizar uma leitura psicanalítica na contemporaneidade, não se pode desprezar o machismo e o preconceito, que por sua vez é mero fruto da sociedade e época em que Freud desenvolveu a psicanálise. Jorge e Travassos (2018) apontam que, apesar de a psicanálise não trabalhar com a concepção de gênero diretamente, é crucial levar em consideração o cenário emergido a partir da década de 50, quando a primeira intervenção de caráter cirúrgico de transexualização foi realizada com êxito.

Segundo Freud (1924) a dissolução do complexo de Édipo centraliza todo o período sexual da primeira infância, com o passar do tempo, ele se dissolve

devido a repressão e o período de latência. Estudos e análises apontam que o fim do complexo acontece devido as decepções que a castração proporciona.

Para Freud (1924) o cenário feminino se dá a partir do momento em que a menina anseia ser amada pelo pai, já o menino considera a mãe como ser prioritário. Esta satisfação esperada e ausente e continua, tanto para os representantes da figura paterna, quanto a materna. Este aspecto, por si só, já é o suficiente para que o complexo de Édipo se dissolva e fracasse. Esta afirmação é sustentada através da concepção que defende o fim inevitável do complexo de Édipo, uma vez que o mesmo está fadado a desintegração.

Freud (1924) cita que a hereditariedade também é um fator determinante na consolidação do complexo de Édipo, uma vez que este fenômeno é supostamente passageiro, ao passo que as fases se completam, porém não é possível determinar a ocasião específica que desencadeia este processo. A fase fálica marca o ápice do desenvolvimento sexual infantil, uma vez que o genital masculino já assumiu seu papel interpretativo e definitivo. Entretanto, a etapa fálica finda o desenvolvimento do complexo de Édipo e inaugura o período de latência pulsional. O momento em que, um sujeito do sexo masculino, passa a ter interesse pelo pênis, leva o mesmo a manipulação do genital. Isto desencadeia então uma concepção de que o adulto adverte este tipo de conduta, emergindo assim, uma ideia de que esta parte do corpo tão valorizada, possa ser roubada. A tendência da ameaça de castração, geralmente, provém de sujeitos que desenvolvem a função paterna.

De acordo com Freud (1924) esta estruturação genital fálica do infante se cessa devido a castração, porém este movimento não é automático, vários outros fatores contribuem para que esta fase seja caracterizada como a final. A análise final que, por fim, dissolve a indignação do menino e a do genital feminino. O complexo de Édipo então fornece ao homem duas oportunidades de satisfação: a ativa e a passiva, pois possibilita o mesmo a posicionar-se diante do lugar da figura paterna e a forma que se relaciona com a figura materna. Quando esta possibilidade de castração é vivenciada, percebe-se que a mulher é castrada, logo suas possibilidades de obter satisfação através do complexo de Édipo são limitadas quando comparada as possibilidades masculinas. A hipótese de que a satisfação afetiva no campo do complexo de Édipo pode custar a genitália masculina possui sua gênese num conflito de interesse narcísico nesta

parte específica do corpo, além do investimento libidinal dos objetos paternos. Este conflito acaba geralmente quando o Eu infantil acaba afastando o complexo de Édipo.

Todos estes investimentos objetivos para Freud (1924) acabam sendo deixados de lado e substituídos pelo processo de identificação. Neste cenário, a autoridade paterna, juntamente com a noção do Eu, constrói a base do supereu, consolidando a autoridade do pai, juntamente com a restrição do incesto, que possui o papel de garantir o Eu contra a volta do investimento libidinal objetual. Estas tendências libidinais, por sua vez, são características da dessexualização e sublimação inerentes ao complexo de Édipo e desencadeia a transmutação em identificação. Caso o Eu não consiga atingir a repressão do complexo, ele irá persistir, mesmo que de forma inconsciente no id, se manifestando pós ação patogênica.

Em contraste, Freud (1924) mostra que no sexo feminino é possível perceber um desenvolvimento do complexo de Édipo em um supereu somado a um período de latência. Acontece que, a menina não encara sua falta de pênis com uma conotação sexual, mas sim hipotética, em que possuiu o membro e a castração o decepou. Este fenômeno contribui para diferenciar o posicionamento feminino em relação ao complexo de Édipo, uma vez que a menina tende a aceitar a castração como ato consumado, já o menino sente-se ameaçado pela possibilidade de ter seu falo executado. Estes fatores tornam o complexo de Édipo mais complexo que no menino, uma vez que ter que renunciar o pênis não é tolerado sem que haja algum mecanismo de compensação.

Carlioni (2011) cita Freud (1996) determinando que o desenvolvimento libidinal em quatro etapas não são lineares, uma vez que as mesmas podem se sobrepor, mesmo com a caracterização da ordem: fase oral, fase anal sádica, fase fálica, latência e fase genital. Em outras palavras, são nestas fases que o investimento libidinal é instalado em um órgão anatômico e são cruciais para a compreensão de formulações psicanalíticas básicas, como complexo de Édipo e complexo de castração.

Já Násio (1989) apud Carlioni (2011) elabora as concepções inerentes ao complexo de castração como ameaças que emergem através da experiência psíquica da criança, onde interdições e leis castradoras começam a fazer parte de seu cotidiano. Em relação a mutilação dos órgãos, o autor explica que é um

ato inconsciente que irá decidir a constituição do indivíduo enquanto sujeito. É extremamente relevante que a criança possa compreender e internalizar que o mundo não gira ao seu redor e que não é possível obter todos os seus desejos satisfeitos. Este aspecto faz com que os limites impostos pelos indivíduos que exercem o papel materno e paterno sejam tão decisivos para a constituição psíquica de sua prole. Através do nascimento, o sujeito passa a pertencer ao mundo, logo passa a possuir necessidades específicas, o que contribui para a instauração do desejo. Após as instaurações das definições de desejo, um sujeito irá passar o resto de sua existência a procura de um estado pleno de satisfação, semelhante ao que lhe era fornecido no útero.

Mieli (2002) ao abordar a sexualidade infantil, aponta que a relação mãe-filho ocasiona a base da excitação erógena na criança, mapeando toda sua sexualidade. O resultado deste mapeamento significa a constituição da imagem subjetiva do corpo, que por sua vez depende de uma troca de afetos, para futuramente estabilizar um futuro narcisismo, relevante para constituição de um ser enquanto sujeito. Para a autora, o corpo é articulado concomitantemente com o espaço subjetivo, advindo de uma reação interna. Além disso, o processo de auto identificação, resultado da fase do espelho é elemento que irá possibilitar a constituição de uma unidade corporal. Assim como o desenvolvimento da geografia erógena possibilita o narcisismo ao corpo, a sedimentação do mesmo está fadada a desenhar sua própria forma.

Para Jorge e Travassos (2018) a transexualidade proporciona que o sujeito se auto identifique de acordo com sua própria percepção de si mesmo, tanto real, quanto fantasmática. Segundo estes autores, os desenvolvimentos e releituras realizadas por Lacan possibilitaram a psicanálise moderna abordar a transexualidade de diversas formas. Através da noção de significante e fórmulas quânticas de sexuação, os arquétipos masculino e feminino são trabalhados através de duas maneiras distintas de gozo: topologicamente (real, simbólico e imaginário) e através do sintoma.

O corpo erógeno, para Mieli (2002) é resultado da experiência subjetiva do corpo, perpetuando necessidades através de pulsões. Esta imagem é constituída fora do sujeito e o atinge da mesma maneira, podendo ser destoadada do real. Para a autora, os indivíduos só podem assumir sua própria imagem através da forma do Outro. O processo Lacaniano de constituição do eu, causa

uma espécie de alienação, todavia, este fenômeno não se dá apenas uma vez, em apenas um determinado momento, mas sim durante toda a vida de um indivíduo, que por sua vez passa uma existência procurando confirmar a constituição de sua forma. Já a auto imagem, vem carregada de instabilidade, gerando assim uma alienação no processo identitário entre um corpo e outro. Toda esta instabilidade e oscilação possui o poder de ameaçar o sentimento de self de um sujeito, e é através do outro que se manifesta a identificação.

Para Mieli (2002) quando o adulto é enxergado através da metáfora lacaniana do espelho, é mera referência de um terceiro, o Outro, do qual é esperado o signo. Desta forma, o olhar do Outro é interiorizado pelo signo, constituindo a base ideal do eu. Esta satisfação narcísica é desenvolvida de acordo com o eu “ideal”, uma vez que depende da possibilidade de referência simbólica. Este traço, quando encarado como um elemento monoformal, se torna um signo de aprovação que irá desempenhar o mecanismo de gozo entre o eu ideal e o ideal do eu. É este traço também o responsável por preencher a marca invisível que um indivíduo herda inevitavelmente do significante.

No contexto clínico, Mieli (2002) defende que é relevante enfatizar esta noção de traço como signo, este movimento permite definir tais traços como termo simbólico crucial que irá confirmar e estabilizar tal imagem, possibilitando assim a satisfação narcísica ligada ao eu ideal.

A ascensão do pós-modernismo, somada ao modelo socioeconômico global vigente, fez com que, não só a psicanálise, mas todas as ciências se aprimorassem através de releituras, adaptações contextuais e revisões de pensamentos. No contexto específico da psicanálise relacionada com a transexualidade, Jorge e Travassos (2018) apontam que o primeiro psicanalista a realizar estudos de gênero com o intuito de produzir uma releitura de caráter despatologizador das perversões foi Robert Stoller, um estadunidense responsável por fundar a Gender Identity Research Clinic na Universidade da Califórnia.

De acordo com Jorge e Travassos (2018) os estudos de Stoller propunham a construção de argumentos lógicos. Seus estudos direcionados à transexualidade auxiliaram a evidenciar as identidades de gênero de uma maneira mais acurada. Os autores também indagam que a psicanálise, em seus primórdios, concebia a transexualidade como um mero sintoma psicótico.

Todavia, hoje é evidente que nem toda transexualidade é psicótica. A mesma se perpetua em todas as estruturas, principalmente a estrutura histórica, que em certos casos, se apropria da transexualidade de forma inconsciente para indagarem sua incessável busca pela “verdade sexual”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos e livros utilizados como referência possuíram o intuito de reforçar o objetivo da pesquisa dialogando de maneira multidisciplinar até chegar no viés psicanalítico. Foram abordadas também as interfaces multidisciplinares em que a temática da transexualidade está inserida, as obras e artigos referenciados reforçaram a concepção de que sexo e gênero já não podem mais serem debatidos e analisados através de um olhar de cunho determinista, imutável e fisiológico.

Considerando os teóricos citados da psicanálise, apresentam uma vertente de estudo sobre a temática e que defendem a concepção de gênero como um constructo que se molda culturalmente, não apenas geneticamente, garantindo assim a dignidade dos indivíduos transexuais ao considerar seus desejos e sua subjetividade, levando em consideração constante os direitos humanos. Desta forma, estes estudos contribuem para a despatologização da transexualidade.

O novo desafio da Psicologia do novo milênio é dar continuidade em estudos de gênero e sexualidade, de uma maneira geral. A necessidade de discussão se faz ainda mais necessária em ambientes responsáveis por formar cidadãos, apesar de toda polêmica, controvérsia e hipocrisia, é preciso trazer o assunto à tona. Entretanto, existe uma evidente resistência em trabalhar gênero e sexualidade nas escolas, uma vez que os próprios educadores possuem questões e preconceitos acerca de suas respectivas sexualidades, tornando o que deveria ser um assunto científico, um assunto de cunho ético e moral, irrelevante e ineficaz para desconstruir paradigmas que desencadeiam discurso de ódio, entrando em um movimento errôneo de patologia, contribuindo ainda mais para a produção do preconceito.

É necessário defender a liberdade em todos os seus âmbitos, inclusive o sexual. A Psicologia também entra neste contexto, possuindo o papel de

empoderar sujeitos para que os mesmos possam se tornar resistência, indo contra qualquer tipo de preconceito e estereótipos negativos.

Por fim, acredita-se que a Psicologia não deve desprezar os discursos contemporâneos de ódio produzido contra a população LGBTQ+ (Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis e Queer) mas trabalhar com a despatologização e ressignificação, defendendo os direitos humanos. Em outras palavras, discutir gênero, sexualidade e a liberdade dos corpos é necessário para que a sociedade entenda, de uma vez por todas, que a diversidade sexual humana deve ser celebrada e não estigmatizada.

De acordo com a Resolução 01/99 o CFP (Conselho Federal de Psicologia) em 2018 defende que é terminantemente vedado aos profissionais da Psicologia no Brasil qualquer tipo de oferta terapêutica que trabalhe a reversão sexual (cura gay), devido ao fato de que a homossexualidade/transexualidade não pode ser considerado uma patologia. Esta resolução do CFP vai de encontro com o que é proposto pela Constituição Federal, reafirmando Leis Básicas de dignidade, igualdade e repúdio a qualquer tipo de discriminação.

Os profissionais psicólogos que defendem e cuidam de sua profissão precisam, obrigatoriamente, levar em consideração a Resolução 01/99. Qualquer tipo de prática que defende a reversão sexual, não é terapêutica, uma vez que vai contra os desejos e a subjetividade do sujeito, ferramentas psíquicas básicas para exercer uma psicologia ética e compromissada com o outro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Daniela Murta. **A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde.** UERJ. 2007.

ARÁN, Márcia. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero.** Ágora. 2006.

ARÁN, Márcia. **A psicanálise e o dispositivo diferença sexual.** Estudos Feministas. 2009.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e saúde pública no Brasil.** Ciência e Saúde Coletiva. 2009.

ARÁN, Márcia; JÚNIOR, Carlos. **Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler.** 2007.

ARGENTIERI, Simona. **Travestismo, transexualismo, transgêneros: identificação e imitação.** Jornal de Psicanálise. 2009.

BESSA, Karla Adriana. **Posições de sujeito, atuações de gênero.** UFSC.1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Garantia da utilização do nome social para as pessoas travestis e transexuais.** 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 1990.

CARLONI, Paola Regina. **A história e a constituição da Psicanálise: introdução aos principais conceitos freudianos para entender a subjetividade humana.** RENEFARA, [S.I.], v. 1, n. 1, ago. 2011. ISSN 2236-8779.

CHAGAS, Emmily Negrão; NASCIMENTO, Thayana Evely Pinto do. **(IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais.** 2017.

COSSI, Rafael Kalaf. **Desvinculação da experiência transexual do diagnóstico psicanalítico de psicose.** Rev. Psicol. Saúde. 2014.

CUNHA, Eduardo Leal. **Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria Queer.** Rev. Epos. 2013.

Conselho Federal de Psicologia. **RESOLUÇÃO CFP N.º 01/99.** Brasília. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade.**13 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal.1999.

Freud, Sigmund, 1856-1939. Obras completas, volume 16 : **A dissolução do complexo de Édipo (1924)** / Sigmund Freud ; tradução Paulo César de Souza — São Paulo: Com panhia das Letras, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. – São Paulo: Atlas. 2010.

JORGE, M.A.C; TRAVASSOS, N. P. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência.** Ed. Zahar, 2018.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp. [online]. 2011, vol.15, n.2, pp.320-332. ISSN 1982-7849.** <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>.

MIELI, Paola. **Sobre as manipulações irreversíveis do corpo e outros textos psicanalíticos.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Corpo Freudiano do Rio de Janeiro, 2002.

NUNES, Everaldo. **O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde.** Ciênc. saúde coletiva. Rio de Janeiro, v.12, n 4, p.1087-1088, Aug 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo.** Rev. Anthropológicas. 2004.

PORCHAT, Patrícia. **Gênero, práticas “psi”e subjetividades.** Rev. de Psicologia UNESP. 2010.

PRAUN, Andrea. **Sexualidade, Gênero e suas relações de poder.** Revista Húmus – ISSN: 2236-4358. 2011.

ROBERT, Luís; MODESTO, Vilde; PACHECO, Manuela. **Mais ou menos mulher.** Análise Psicológica. 1995.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 192-205, jun. 2015.

SANTOS, Frederico Augusto de Oliveira. **Transexualismo.** UFMG. 1981.

SILVA, Sergio Gomes da. **O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades.** Centro de Educação do Campus da Universidade Federal da Paraíba. 1999.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Adequação de sexo do transexual: aspectos psicológicos, médicos e jurídicos.** Psicologia: Teoria e Prática. 2000.